

## Apagamento de pronomes clíticos de forma reflexiva

Regina Lúcia Bittencourt

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BITTENCOURT, RL. Apagamento de pronomes clíticos de forma reflexiva. In LOBO, T., and OLIVEIRA, K., orgs. *África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 138-173. ISBN 978-85-2320-888-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# APAGAMENTO DE PRONOMES CLÍTICOS DE FORMA REFLEXIVA<sup>1</sup>

Regina Lúcia BITTENCOURT  
(UFBA<sup>2</sup> - PROHPOR)

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito a respeito do percurso diacrônico de clíticos reflexivos e não-reflexivos e muito ainda se escreverá. Muito se tem questionado a respeito da relevância do contato lingüístico para a formação do português brasileiro (doravante PB), em particular no que se refere à contribuição lingüística do segmento africano e afro-descendente, e muito ainda se questionará.

Este trabalho objetiva, antes de tudo, lançar um pouco mais de luz sobre essas questões e contribuir para um melhor entendimento dos fatores que têm atuado em processos de mudança relativos a clíticos, em particular aos imprecisamente denominados clíticos *de forma reflexiva*, no que se refere ao seu apagamento e/ou a estratégias de esquiva. Objetiva também contribuir para uma melhor avaliação da importância do contingente demográfico que, por, no mínimo, três longos séculos, representou a maioria da população (cf. MATTOS e SILVA, 2004, p. 101) e que, entrando em contato com a língua portuguesa, a reconfigurou, moldando-a em PB.

A análise da supressão de clíticos ditos de forma reflexiva é feita a partir da identificação de fatores condicionantes do apagamento, tendo sido selecionados como relevantes, até agora, os seguintes: 1) a predicação verbal (abordagem sintática e semântica); 2) a concordância entre verbo e argumento interno; 3) o grau de referência do argumento representado pelo clítico apagado e 4) o tipo de clítico.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho faz parte da dissertação de Mestrado intitulada *No rastro do apagamento: pronomes clíticos nas funções recíproca, reflexiva, passivadora e indeterminadora*, que objetiva identificar em quais dessas funções os clíticos, normalmente referidos como *de forma reflexiva*, sobretudo na forma dita de terceira pessoa (*se*), têm sido mais propensos à supressão, bem como os fatores condicionantes do apagamento e/ou do desenvolvimento de estratégias de esquiva, no PB, durante o século XIX.

<sup>2</sup> Aluna especial do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística.

## 2 O PB NO SÉCULO XIX - A ESCOLHA DO CORPUS

O *corpus* analisado é constituído por um conjunto de atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos (doravante SPD), escritas por negros africanos em Salvador-Bahia, no século XIX, compreendendo o período de 1832 a 1842. A análise de um *corpus* com as características do selecionado pode identificar fenômenos de constituição do PB que tenham sido favorecidos pela circunstância de os africanos terem adquirido o português como segunda língua (L<sub>2</sub>).

Os estudos voltados para a compreensão da dinâmica da mudança lingüística devem entender a língua como produto histórico e social, considerando, por conseguinte, a sociedade que a utiliza, a influencia e é por ela influenciada. Ou seja, as mudanças lingüísticas estão relacionadas às mudanças socioculturais que ocorrem nas comunidades de fala. De acordo com, entre outros, Mussa (*apud* MATTOS e SILVA, 2004), a população do Brasil, no século XIX, era constituída por aproximadamente 60% de não brancos, entre eles, africanos, negros brasileiros e mulatos. Esse dado, juntamente com os estudos sobre a sócio-história do Brasil, revela a importância de análises das características lingüísticas da comunidade de fala desse contingente e suas possíveis implicações na formação de uma gramática do PB. Como ressalta Mattos e Silva:

[...] não se pode compreender a história do português no Brasil sem levar em conta, em pé de igualdade lingüística, e não apenas como contraponto, 'os aloglotas', o percurso histórico das populações e suas línguas que aqui conviveram e convivem com a língua portuguesa. (2004, p. 34)

Além disso, esse período é caracterizador da emergência de uma gramática própria do PB, e também é o momento em que, como observado por Nunes (1991, p. 37), construções de *se* apassivador com concordância entram em franca decadência e, segundo Cavalcante (1999, p. 21), a supressão do clítico *se* também se torna evidente.

### 3 APAGAMENTO COMO PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO - HIPÓTESES

Para analisar as funções sintático-semânticas em que o *se* sofre maior apagamento, recorreremos à abordagem funcionalista, mais especificamente ao processo de gramaticalização. A indicação de que esse fenômeno pode ser compreendido como um processo de mudança que configura uma trajetória de gramaticalização pauta-se em propriedades essenciais ao processo: mudança semântica e perda de traços característicos de uma categoria gramatical. Nessa linha, Vitral (2006) observa que o *se* indeterminador se comporta como um afixo, e não propriamente como um clítico, o que reforça a hipótese da gramaticalização desse clítico, uma vez que ele parece seguir o processo descrito por Hopper e Traugott (*apud* VITRAL, 2006, p. 126):

*item lexical > item gramatical > clítico > afixo*

De acordo com a teoria da gramaticalização, o *zero*, ou apagamento de uma categoria, é o último estágio do processo, quando um item gramatical pode desaparecer por ter-se tornado antifuncional. O percurso de inserção do item na estrutura lingüística pode ser assim traçado, segundo Givón (*apud* CASTILHO, 1997):

*discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero*

Com base nessa perspectiva teórica e em estudos sobre o fenômeno, partimos inicialmente de três hipóteses:

- 1) O apagamento do clítico é motivado por diminuição e/ou perda de traços ou propriedades sintáticas e semânticas. Como esta é uma das características do processo de gramaticalização, supomos que a perda/diminuição de traços, em particular de pessoa e número, e a mudança progressiva da referência dos clíticos estejam latentes na base da hierarquia do apagamento.

- 2) O enfraquecimento do sentido passivo e aumento do sentido impessoal nas construções em que o *se* acompanha verbo transitivo direto e a conseqüente reinterpretação das passivas como voz ativa impessoal podem representar uma das etapas do processo que leva ao apagamento do clítico *se*.
- 3) Na base desse debilitamento do sentido passivo, pode estar um processo de *reanálise*, que, segundo Castilho (1997, p. 53), é um dos princípios do processo de gramaticalização: “A reanálise é um processo por meio do qual os falantes mudam sua percepção de como os constituintes de sua língua estão organizados no eixo sintagmático”.

A partir de meados do século XVI, segundo Naro (1976), surgem frases, supostamente de sentido passivo, sem concordância entre o verbo e o argumento interno plural. Como a concordância era uma das características peculiares da construção com sentido passivo, abriu-se caminho para uma interpretação de uma estrutura ativa com objeto direto e sujeito não especificado. Naro (1976) acredita que o processo de reanálise tenha sido desencadeado a partir de frases como

(1) & porem se lee este evangelho na festa da trindade (NARO, 1976, p. 802)

por ser estruturalmente ambígua e por:

- i) não apresentar evidência de concordância explícita entre o verbo e o argumento interno, devido ao fato de este argumento ser singular;
- ii) haver omissão do sintagma agentivo;
- iii) o sujeito sintático ocorrer em posição pós-verbal, criando um paralelismo com uma frase ativa, como

(2) & porem o padre lee este evangelho na festa da trindade (NARO, 1976, p. 803)

Esse é também o caso da seguinte frase encontrada nos dados:

(3) sefez a chamada (MSR 10.02)

A extensão desse fenômeno a sentenças com argumento interno plural leva a que uma frase como

(4) Leo-se as cartas deregeite (LTG 05.03)

seja reinterpretada como de *se indeterminador*. Esse processo de reanálise foi discutido por Martins (2003):

A associação destes três factores permite que numa frase [como a (1)] o constituinte *este evangelho*, o sujeito gramatical na construção de *se* passivo, seja reanalisado como objecto directo, assim emergindo a construção de *se* impessoal. A identidade semântica entre as frases passivas sintéticas e as correspondentes frases activas "impessoais" com *se* terá sido um factor propiciador da mudança, favorecendo a sua estabilização e difusão.

Como visto, a variação na concordância e as semelhanças de superfície desencadearam um processo de reanálise sintática da antiga construção com *se* apassivador. Assim, sentenças como (1), (2) e (3) constituem o *input* ideal para o processo de reanálise, permitindo que estruturas como (4) tenham a seguinte interpretação: uma estrutura ativa com sujeito/ agente indeterminado.

Essa interpretação se sustenta ainda no fato de que, nos estágios iniciais da mudança, as formas/estruturas divergentes precisam ter significado igual ou semelhante, condição para a aplicação da *reanálise*.

A fim de verificarmos as hipóteses antes enunciadas, analisaremos os seguintes fatores:

- i) predicação verbal (análise sintática e semântica);
- ii) concordância entre verbo e seu argumento interno;
- iii) tipo de clítico;
- iv) grau de referência dos argumentos representados pelo clítico apagado.

Supomos que a maior supressão e/ ou ocorrência de estratégias de esquiva se dêem nos contextos em que o clítico desempenha função indeterminadora, ou represente argumento cuja referência seja indeterminada genérica ou arbitrária.

Desta forma, levantamos ainda a hipótese de que haja uma hierarquia para o apagamento, que, em ordem decrescente, seria:

3) a) função indeterminadora; b) função passiva; c) função reflexiva; d) função recíproca.

## 4 FATORES CONSIDERADOS PARA A ANÁLISE

### 4.1 A PREDICAÇÃO VERBAL

A classificação do tipo de clítico revela-se complexa por envolver três níveis de análise: o sintático (considerando a estrutura argumental do verbo “hospedeiro” e os traços categoriais do clítico); o semântico (considerando o papel temático ou função semântica dos argumentos e o tipo de verbo) e o discursivo (considerando a referência dos argumentos representados pelo clítico), uma vez que clíticos, sendo pronomes, têm suas propriedades atribuídas pela predicação em que se encontram<sup>3</sup>.

O modelo de gramática funcional de Dik (1985, *apud* NEVES, 1997, p. 82) por nós, em parte, adotado, considera que todas as expressões lingüísticas são analisadas a partir da predicação e, dentro desta, o verbo tem papel central. A escolha do paradigma funcional para orientar a análise deve-se ao fato de ser uma proposta integrativa, pois considera os diferentes níveis gramaticais e, como visto, as expressões que constituem a predicação, em particular os clíticos, têm suas funções definidas a partir de, pelo menos, dois níveis. Assim, o predicado das construções com o clítico de forma reflexiva será classificado de acordo com critérios semânticos, sintáticos e discursivos.

O critério semântico será pautado na subclassificação de predicado apresentada por Neves (2000). Essa subclassificação semântica dos predicados pode ser detalhada da seguinte maneira:

---

<sup>3</sup> Os clíticos correspondem a argumentos verbais, ou seja, são termos da relação predicativa, e o verbo é o termo que governa a organização informacional.

i) predicados **dinâmicos**, que se sub-classificam em:

- **ações** ou **atividades**: exprimem uma realização específica de um “fazer”; exprimem uma ação realizada por um argumento com macro-função Causa:

(5) A mulher cortou o peixe.

(6) O menino leu o livro.

A análise do plano semântico será muito importante para o estabelecimento de alguns traços, em particular, dos papéis temáticos (os quais estão relacionados ao grau de participação ativa de uma entidade num dado estado de coisas) que podem ocorrer em uma predicação da qual o clítico participe.

Os papéis temáticos são, segundo Cançado (2003, p. 22), ordenados, no português, a partir das propriedades que expressam Agentividade e Afetação. A proposta dessa autora considera essas propriedades que compõem os papéis temáticos e os agrupa em macro-funções:

Macro-função Causa: {Agente; Causa; Instrumento; Fonte ou Origem}

Macro-função Objeto Afetado: {Paciente; Experienciador; Objeto movido; Tema; Meta}

Adotaremos essa proposta, uma vez que não se pode prever o papel temático assumido pelos argumentos nas diversas predicções (cf. Quadro 1 de traços e propriedades) e por estas serem tratadas com base em noção escalar.

- **processos**: exprimem que uma entidade é origem de um dado “fazer” ou muda de estado ou condição; essa entidade recebe a macro-função Objeto Afetado:

(7) As pílulas abrem-se no estômago.



ii) predicados **não-dinâmicos**:

- **estados** ou **posições**: indicam que o sujeito é o suporte do estado ou se localiza em relação a um elemento expresso por um complemento preposicionado:

(8) Mário encontra-se doente.

(9) O cofre encontra-se no banco.

A classificação sintática será feita com base no número de argumentos (objeto direto objeto indireto, complemento relativo, complemento circunstancial e sujeito) exigidos pela grade temática do verbo e pela relação semântico-lexical que aqueles mantêm com o predicador. Encontramos, principalmente em Mateus *et alii* (2003), as classificações que julgamos mais apropriadas para a análise que pretendemos, as quais especificamos da seguinte forma:

- i) **verbos intransitivos**: não faremos distinção entre inergativos e inacusativos, classificando-os como verbos que selecionam apenas um argumento:

(10) Pedro morreu.

- ii) **verbos cópulas**: verbos que selecionam como argumento interno uma oração mínima:

(11) [Pedro]<sub>Suj</sub> está [morto]<sub>SAdj</sub>.

- iii) **verbos pronominais**: são tradicionalmente divididos em: essenciais, os que não têm variante ativa, ou seja, sem clítico e com argumento interno e externo; e acidentais, aqueles que indicam reflexividade atenuada:

(12) Eu me queixei de dor.

iv) **verbos transitivos diretos**: verbos que selecionam dois argumentos, um externo e outro interno, respectivamente, um sujeito *agente* ou causativo e um objeto afetado:

(13) Pedro matou a formiga.

v) **verbos de alternância causativa**: segundo Cançado e Ciriaco (2007, p. 1), “a alternância causativo-ergativa consiste, sintaticamente, em uma mudança de transitividade, em que o complemento da sentença básica é alçado para a posição de sujeito e o sujeito dessa sentença é apagado.” Diferem do transitivo direto por apresentarem também uma variante (inacusativa ou ergativa) sem argumento externo, e o argumento que ocorre estabelece relação de sujeito gramatical<sup>4</sup>. Nas duas variantes, as relações sintáticas se modificam, embora os papéis temáticos permaneçam:

(14) Pedro quebrou o vidro. (variante transitiva ou causativa: X<sub>agente/causa</sub> VY<sub>tema</sub>)

(15) O vidro quebrou (se). (variante inacusativa ou ergativa: Y<sub>tema</sub> V (-se))

vi) **verbos simétricos**: verbos de alternância com simetria entre o argumento externo e interno, que são comutáveis, com as seguintes representações:

- |    |               |                             |
|----|---------------|-----------------------------|
| a) | X V com Y     | Pedro casou com Maria;      |
| b) | Y V com X     | Maria casou com Pedro;      |
| c) | X e Y V (-se) | Pedro e Maria casaram(-se). |

vii) **verbos transitivos diretos e indiretos**: selecionam três argumentos: um externo (sujeito) e dois internos – um objeto direto e um complemento

---

<sup>4</sup> É interessante observar que alguns verbos dessa classificação apresentam a opcionalidade do clítico na variante inacusativa.

preposicionado (objeto indireto, complemento relativo ou complemento circunstancial):

(16) Ele deu o dinheiro aos pobres.

viii) **verbos transitivos indiretos**: selecionam dois argumentos, um externo (sujeito) e um complemento preposicionado (objeto indireto, complemento relativo ou complemento circunstancial):

(17) Precisa-se de empregados.

ix) **verbos causativos**: conforme Neves (2000, p. 31), esses verbos podem ter sujeito co-referencial ou não co-referencial e são divididos, segundo a configuração sintática da completiva, entre os que têm: a) completiva iniciada pela conjunção integrante *que*; b) completiva com verbo no infinitivo com sujeito presente ou indeterminado:

18) O padeiro mandou que você arranjasse a farinha.

19) O padeiro mandou você arranjar a farinha. / O padeiro mandou arranjar farinha.

## 4.2 CONCORDÂNCIA ENTRE VERBO E ARGUMENTO INTERNO

Como visto anteriormente, a análise da variação na concordância do argumento interno com o verbo é relevante para a averiguação da reinterpretação de estruturas passivas em estruturas ativas, a partir de processo de reanálise. Sabemos, no entanto, que também a posição do argumento tem sido considerada para tal análise. Acreditamos, ainda, que outras propriedades também devam ser consideradas, o que esperamos possa ser feito em trabalho posterior.

### 4.3 GRAUS DE REFERÊNCIA

O grau de referência do argumento representado pelo clítico será analisado, tanto em relação aos traços categoriais de pessoa e número (em relação ao sujeito), quanto aos traços semântico-discursivos, que incluem: i) a especificação de pessoa do discurso, possibilidade de incluir ou excluir o falante; ii) atribuição de papel temático; iii) a referência à macro-função Causa, particularmente aos papéis de agente e causa, tendo em vista que esses são mais comumente atribuídos ao termo que ocupa a posição do sujeito, na voz ativa, e ao argumento ao qual o clítico se refere quando há destransitividade (voz média):

(20) O menino<sub>[agente]</sub> quebrou a vidraça. (voz ativa)

(21) A vidraça <sub>[tema]</sub> quebrou (-se). (voz média)

(22) A porta abriu(-se) (com o vento)<sub>[causa]</sub>.

A análise da referência dos argumentos representados pelos clíticos e dos elementos envolvidos nas estratégias de esquiva considerará os seguintes graus de referência:

- i) **determinada<sub>1</sub>** : quando o elemento que recebe papel temático de agente for o sujeito gramatical. Assim o clítico é co-referencial ao sujeito/agente e está co-indexado com este:

(23) Os amigos se abraçaram.

- ii) **determinada<sub>2</sub>** : nas construções em que o sujeito sintático não recebe a macro-função Causa e a macro-função de Objeto Afetado é preenchida pelo sujeito, o clítico faz referência a um agente ou causa e estabelece relação morfossintática com o sujeito, mantendo os traços de pessoa e número. Desta forma, diferem dos anteriores por não apresentarem referência dupla ao sujeito, mantendo apenas os traços categoriais, [+pessoa] [+número]:

(24) Ele<sub>[experienciador]</sub> se assustou com os fogos.

(25) Nós<sub>[paciente]</sub> nos machucamos nos espinhos.

A classificação iii) foi feita a partir de alguns conceitos de Lopes (2003), no que se refere à gradualidade de referência: [genérica],[arbitrária]:

iii) **indeterminada**: a indeterminação estende sua referência a qualquer pessoa (1<sup>a</sup>; 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> pessoa), tendo a generalização como característica essencial, estabelecida por diferentes recursos. Para Milanez (1982) e Lopes (2003), a indeterminação comporta graus, podendo ser maior ou menor, a depender do contexto, e podendo ter os seguintes traços:

a) [+genérico]:

(26) deu-se todos poderes (LTG 01.03)

Nesse exemplo, o clítico, que se refere a agente indeterminado, pode ser substituído por *alguém*. Os traços semânticos da referência serão aqui distinguidos entre *genérico* e *arbitrário*. O *genérico* tem valor igual ao que a literatura denomina de 'indefinido', ou seja, interpretação similar a um quantificador existencial, *alguém*, e geralmente está relacionado a tempo específico.

b) [+arbitrário]:

(27) Mandou | ameaça Administradora **passar** presente (MSC 10.09)

O traço semântico *arbitrário* tem valor equivalente ao que a literatura denomina de quantificador universal, podendo incluir qualquer pessoa, inclusive o falante.

A análise dessa propriedade está intrinsecamente relacionada à hipótese 1, para a qual a perda ou diminuição de traços ou de propriedades sintáticas e semânticas do clítico motiva seu apagamento e/ou utilização de estratégias de

esquiva, e à hipótese 2, para a qual o apagamento se daria com maior frequência em contextos de referência indeterminada.

A investigação dessa propriedade é relevante também, porque estudos sobre as mudanças que envolvem o parâmetro do sujeito nulo, no PB, têm apontado uma tendência ao preenchimento do sujeito pronominal, tanto de referência determinada, quanto indeterminada, partindo de um progressivo aumento do preenchimento dos sujeitos de referência menos acessível para os de referência mais acessível (DUARTE, 2003). Assim, o falante, quando não utiliza construção com o clítico apagado, utiliza-se de formas pronominais para realizar o sujeito como uma estratégia de esquiva:

(28) Não  $\emptyset$  usa mais galocha nesta cidade.

(29) A gente não usa mais galocha nesta cidade.

Além disso, Tarallo (1993) identificou a relação direta e inversamente proporcional entre o apagamento dos clíticos (reflexivos ou não) e a tendência à retenção pronominal dos sujeitos, ao observar que, na segunda metade do século XIX, já se evidenciava uma tendência ao maior preenchimento da posição de sujeito e ao menor preenchimento pronominal da posição de objeto pelos clíticos acusativos. Essa relação entre o apagamento dos clíticos e o preenchimento da posição de sujeito foi assim apresentada pelo autor:

No português brasileiro, entretanto, uma vez que o uso do sujeito pronominal alcançou alta frequência de uso, o sistema já abriu espaço para uma interpretação indeterminada da categoria vazia. No Brasil, portanto, uma sentença como *Não usa mais saia* forçosamente recebe uma interpretação indeterminada, no sentido do *se*. (TARALLO, 1993, p. 85)

#### 4.4 TIPO DE CLÍTICO

A classificação dos clíticos, aqui proposta, não foi feita a partir dos dados encontrados, mas, considerando nossa orientação teórica funcionalista, tentamos estabelecer alguns traços sintático-semânticos mais prototípicos, uma vez que os diferentes tipos de predicação nas quais o clítico ocorre constituem fenômenos lingüísticos escalares, tendo por referência um modelo, um protótipo. O quadro a

seguir procura sintetizar as principais características de cada grupo de tipo de clítico, que possam nos auxiliar na análise das ocorrências do *corpus*.

Quadro 1 Proposta de descrição sintático-semântica dos tipos de clífticos em uma predicação

Tipo de clíftico	recíproco e reflexivo	Inerente	pseudo-reflexivo	se médio	se apassivador	se pseudo-apassivador	se indeterminador (tipo 2)	se indeterminador (tipo 1)
<b>Traços e propriedades</b>								
1. Categoria de pessoa	[+pessoa <sup>1</sup> ]	[+pessoa]	[+pessoa]	[+ pessoa]	[+ pessoa]	[ α pessoa]	[- pessoa]	[Φ pessoa]
2. Categoria de número	[+número]	[+número]	[+número]	[+ número]	[+número]	[α número]	[- número]	[Φ número]
3. Atribuição de papel temático ao clíftico	[+temático]	[-temático]	[-temático]	[-temático]	[+temático]	[-temático]	[-temático]	[-temático]
4. Macro-função do sujeito	Causa	Objeto Afetado	Objeto Afetado	Objeto Afetado	Objeto Afetado	Causa	Causa	Causa
5. Animacidade do sujeito	[+animado] [+humano]	[±animado] [+humano]	[+animado] [+humano]	[-animado] [-humano]	[+ animado] [+ humano]	[+animado] [+humano]	[+animado] [+humano]	[+animado] [+humano]
6. Agentividade do sujeito	[+Agentivo]	[α Agentivo]	[α Agentivo]	[-Agentivo]	[-Agentivo]	[+Agentivo]	[+ Agentivo]	[α Agentivo]
7. Controle do sujeito sobre a ação, estado ou processo	[+controlado]	[α controlado]	[α controlado]	[-controlado]	[-controlado]	[+controlado]	[+controlado]	[α controlado]
8. Grau de transitividade	Alta	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Alta	Alta	Baixa
9. Referência à macro-função Causa e/ou ao sujeito.	determinada <sub>1</sub>	determinada <sub>2</sub>	determinada <sub>2</sub> ou indeterminada	determinada <sub>2</sub> ou indeterminada	indeterminada	Indeterminada [α genérica]	indeterminada [+genérica]	indeterminada [+arbitrária]
10. Especificação de pessoa <sup>2</sup> do discurso				[-Eu]	[-Eu]	[-Eu]	[- Eu]	[+Eu]

1 A formalização dos traços seguiu os valores e tipos de subespecificação de traços estabelecidos por Rooryck (1994, apud LOPES, 2001, p. 133) para o qual:

- [+X]: valor positivo (para atribuição de traço);

- [-X]: valor negativo (traço ausente);

- (α traço): "subespecificação α" para traços variáveis, isto é, os traços podem ter um valor "+" ou "-", sintaticamente subespecificado.

- (Φ traço): subespecificação para traços não-variáveis, isto é, não há variação de traço, é neutro, referindo-se aos valores "+", "α" e "-".  
2 Como as formas pronominais de 3ª pessoa, o se pode acionar uma interpretação semântico discursiva que inclua ou não a 1ª pessoa do discurso na referência + *qualquer um*, ampliando e generalizando-a, tomando "como referente quaisquer seres presentes no contexto linguístico ou pragmático da enunciação ou mesmo algum ser inferido no discurso." (FLORIN, 2004, p. 164).



Pode-se observar, a partir desse quadro, a perda gradativa de propriedades intrínsecas aos pronomes clíticos, tais como os traços categoriais de número e pessoa e a potencialidade referencial, chegando ao grau máximo de indeterminação e podendo acionar uma interpretação semântico-discursiva que inclua ou não a 1ª pessoa do discurso na referência: [+Eu], [-Eu] (cf. Quadro 1). Notamos, pois, que subjaz ao processo de apagamento do clítico um dos estágios da gramaticalização, perda gradativa de traços sintático-semânticos. Ou seja, a perda de substância fônica está aliada à perda de conteúdo semântico, considerando também diminuição do grau de referência do argumento representado pelo clítico.

Esperamos, então, que o apagamento e/ou estratégias de esquiva ocorram com maior frequência com clíticos cujos traços categoriais sejam [-pessoa], [-número], [ $\Phi$  pessoa], [ $\Phi$  número] e referência indeterminada [+genérica], [+arbitrária], [+Eu].

Passaremos agora a uma breve descrição de cada tipo de clítico:

- i. **recíproco:** entendemos como construção recíproca aquela em que cada um dos termos – o sujeito e o complemento (pronome clítico) – representa em si mesmo os dois termos da relação transitiva (cf. NEVES, 2000, p. 452), o que Schmidt-Riese designa por *participação dupla* ou *referência dupla*. Sintaticamente, ele refere o sujeito através dos traços categoriais de pessoa e número, por isso [+pessoa], [+número]. Sintática e semanticamente, absorve o papel temático do objeto [+temático]. Como o elemento que recebe o papel temático de agente é determinado e é também o sujeito ao qual o clítico está co-indexado, a referência é estabelecida como *determinada*<sub>1</sub>. Essa dupla relação estabelecida diretamente com o sujeito representa uma simetria que, a partir dos inerentes, é quebrada, diminuindo a participação ou referência dupla do clítico em relação ao mesmo argumento.
  
- ii. **reflexivo:** o *reflexivo* é aquele que, como o recíproco, também incide na estrutura dos argumentos, ou seja, é [+temático] e refere o argumento interno (cf. SCHMIDT-RIESE, 2002, p. 255). Distingue-se do recíproco, substituindo-se

o pronome clítico por termos esclarecedores, como: *a nós mesmos, a ti mesmo, a si próprio*.

**iii. inerente:** os clíticos desse tipo ocorrem com predicadores estativos ou de processo, sendo o sujeito suporte do estado ou a sede do processo, portanto seu papel temático é, geralmente, de *Experienciador*, caso tenha o traço [+animado], ou *Tema*, se [-animado], macro-função Objeto Afetado. Ocorrem também com verbos copulativos (cf. 34), cujo sujeito pode ser *Tema* e teria traços [-humano] e [-animado] e manutenção dos traços [+pessoa] e [+número] por parte do clítico:

(30) [O cofre] Tema encontra-se [no banco] Locativo

Diferem dos anteriores por não apresentarem referência dupla ao sujeito, mantendo apenas os traços categoriais, [+pessoa] [+número]. Alguns autores os definem como sem “qualquer função semântica”, pois não referem um dos papéis temáticos mencionados e a macro-função de Objeto Afetado é preenchida pelo sujeito, sendo assim [-temático].

**iv. pseudo-reflexivo<sup>5</sup>** : essa classificação abrange uma série de tipos de verbos que designam processo, movimento ou ação, mas, sem idéia de direção reflexa, não indicam que seja o sujeito o verdadeiro agente da ação ou movimento, indicando apenas que o sujeito é afetado pela ação que não sai do seu âmbito, como nos ergativos / inacusativos. A seguir, apresentamos características de alguns tipos. Em alguns casos, o sujeito não tem controle [-controle] e intencionalidade sobre o estado de coisas (cf. 31), diferentemente dos verdadeiros reflexivos (cf. 32):

(31) João feriu (-se) nos espinhos.

(32) João se feriu com uma faca para incriminar José.

---

<sup>5</sup>Alguns autores (cf. SCHMIDT-RIESE, 2002, p. 255) consideram *pseudo-reflexivos* todos os clíticos que não são verdadeiros reflexivos e recíprocos.

Os predicadores que designam evento com causa externa apresentam, na estrutura ativa, sujeito com macro-função Causa (cf. 32) e, na variante inacusativa (cf. 31), causa externa em adjunção, como *locativo*<sup>6</sup> :

(33) Os espinhos feriram João.

Segundo Pontes (1986), esse tipo de clítico (pseudo-reflexivo) ocorre na voz média e, em construções desse tipo, como o sujeito não é agente, o *se* não estaria mais sendo usado pelos falantes, pois o verbo já indicaria por si mesmo que o sujeito é paciente.

Algumas predicções com esse clítico apresentam semelhança com os verbos inacusativos devido ao fato de que ocorre, em geral, apenas um argumento, conquanto o verbo seja transitivo, e o clítico funciona para de-transitivizar, reduzir a valência do verbo, aproximando-o de um afixo verbal, como ocorre com os inerentes:

(34) João levanta (-se) da cama às seis horas.

v. *se médio*<sup>7</sup> : ocorre, preferencialmente, com verbos binários de alternância causativa (cf. MATEUS, 2003, p. 306), que exigem um argumento com a macro-função de Objeto Afetado e podem ter argumento com macro-função Causa, indeterminado ou em adjunção (cf. 37), possibilitando que o argumento interno seja alçado à posição sujeito, numa construção inacusativa ou ergativa (cf. 35), em oposição a sua construção causativa (cf. 36), o que diminui o seu grau de transitividade: Difere do clítico *pseudo-reflexivo* principalmente por ocorrer com argumento [-humano] [-animado] e, portanto, [-agentivo] e [-controlado]:

---

<sup>6</sup>Lê-se em Duarte (2003) que “estruturas existenciais e inacusativas admitem, além do argumento interno ao qual atribuem uma função temática de ‘tema’, um argumento extra (ligado à estrutura do predicado), que manifesta uma função locativa, como se fosse um secundário, esse elemento teria um comportamento muito próximo ao de um argumento externo”.

<sup>7</sup>A denominação de *se médio* para o clítico em questão pode ser encontrada em Schmidt-Riese (2002).

(35) [O vidro da janela] Tema partiu (-se).

(36) [O vento] Causa partiu [o vidro da janela] Tema

(37) O vidro da janela partiu (-se) [com o vento] Causa

Pode-se observar que os clíticos *inerente*, *pseudo-reflexivo* e *médio* têm em comum o fato de que, segundo Camacho (2003, p. 99), “o pronome reflexivo, que perdeu completamente seu estatuto argumental, pode ser considerado uma espécie de afixo pronominal que concorda em pessoa e número com o sujeito da sentença.” Para esse autor, o clítico que apresenta essas características faz parte da voz média, posição aqui também adotada.

**vi. *se* apassivador:** embora estejamos adotando a proposta de Martins (2003, p. 2) e de Raposo & Uriagereka (1996 *apud* MARTINS, 2003, p. 2) de que a construção dita de *se* passivo não tem, na verdade, natureza passiva no português moderno, analisando-a como uma estrutura ativa com concordância entre o verbo e o seu argumento interno (*se indefinido*), por se tratar de *corpus* relativo ao século XIX, de registro escrito, admitiremos a possibilidade da existência do *se apassivador*, o que somente a efetiva análise do *corpus* irá confirmar ou refutar. Alguns trabalhos comprovam a variação na concordância naquele período, principalmente para *corpus* de registro escrito e formal, redigido por pessoas de escolaridade alta. Como essa não é uma característica dos documentos analisados, esperamos que o número de ocorrência de *se apassivador* seja baixo. No tratamento do nosso *corpus*, o *se* só será efetivamente classificado como *apassivador* e computado como tal, a depender da frequência de ocorrências de construções em que haja concordância explícita entre verbo e argumento interno, o que só pode ser devidamente verificado para os argumentos internos no plural.

**vii. *se* pseudo-apassivador:** de acordo com o estudo de Martins (2003, p. 2) e de Raposo & Uriagereka (1996 *apud* MARTINS, 2003, p. 2), que consideram que a construção dita de *se* passivo não tem natureza passiva no português moderno,

analisando-a como uma estrutura ativa com concordância entre o verbo e o seu argumento interno e com alguns que trabalhos que comprovam a variação na concordância, no século XIX, principalmente para *corpus* de registro formal, redigido por pessoas de escolaridade alta, supomos que as construções com concordância entre verbo e argumento interno plural configurem concordância aparente. Contudo, essa suposição só será admitida a depender da frequência de ocorrências de construções em que haja concordância explícita entre verbo e argumento interno plural. A reinterpretação mais recorrente das construções com *se apassivador* como *se indeterminador* (construções sem concordância), a partir do século XIX, e a afirmação dos autores de que não acreditam ter havido no PB, em particular no PB moderno, *se apassivador*, permitem inferir que, nesse período, a reanálise do clítico *apassivador* deveria estar praticamente estabelecida e o processo de gramaticalização, bem avançado. Ciente disto, a proposta que se estabelece para um *pseudo-apassivador* torna-se plausível.

**viii. *se indeterminador* (tipo 2):** para esse tipo de clítico, consideraremos que o argumento realizado não é o sujeito. O clítico, não estabelecendo relação sintática com sujeito, tem, portanto, traços categoriais [-pessoa], [-número]:

(38) Vende-se casas.

(39) Precisa-se de empregados.

A fim de manter certa coerência com os prováveis traços sintático-semânticos do processo de gramaticalização que propomos, classificamos esse clítico como *indeterminador* (tipo 2) pelo seguinte motivo: se a reanálise se deu com verbos transitivos, os quais têm um argumento interno que pode, eventualmente, estabelecer a relação de concordância<sup>8</sup>, o *continuum* de traços categoriais deveria ter sido ao longo do processo de gramaticalização do clítico: [+pessoa] [+número] (construções verdadeiramente com *se apassivador*)

---

<sup>8</sup> Segundo Martins (2003, p. 9), o *se indefinido*, aqui classificado como *pseudo-apassivador*, “tem traços de [pessoa – número] subespecificados de valor variável (...), cujo valor pode ser preenchido desde que *se* estabeleça uma relação de concordância com um DP objecto.”

> [α pessoa] [α número] (construções de *se indefinido* ou *pseudo-apassivador*) > [-pessoa] [-número] (construções sem concordância, *indeterminador tipo 2*). Nesta perspectiva, o *se indeterminador tipo 2* concorreria com o *pseudo-apassivador* nos contextos em que a concordância fosse prevista, não nos esquecendo de que esta hipótese é para o português moderno.

**ix. *se* indeterminador (tipo 1):** considerando que, durante o processo de gramaticalização, a perda dos traços categoriais chegaria ao ponto de esse tipo de clítico ter traços de valor não variável [ $\Phi$  pessoa] [ $\Phi$  número]<sup>9</sup>, além de não ter natureza argumental, sendo, portanto, [-temático] [-argumental], consideramos que esse tipo de clítico estaria relacionado, (co-ocorreria) pois, apenas, com verbos intransitivos ou transitivos usados intransitivamente. Ou seja, se os valores para os traços categoriais são não variáveis [ $\Phi$ ], isto significa dizer que não há qualquer possibilidade de o clítico estabelecer “concordância sujeito-verbo” (traço [+]) ou não-concordância (traço [-]), pelo fato de não haver argumento que a faculte. Portanto a primeira distinção entre o *indeterminador tipo 2* e o *indeterminador tipo 1* deve-se ao fato de o primeiro só ocorrer com os verbos transitivos devido à possibilidade de o argumento interno desencadear ou não concordância, como visto anteriormente, o que é impossível com os intransitivos.

Verifica-se, no Quadro 1, que há distinção, no que concerne à referência, ou a propriedades interpretativas, como mencionado por Vitral (2006, p. 128), entre o *se indeterminador* (tipo 1 e 2) em diferentes contextos, e a possibilidade de o clítico estabelecer “relação de concordância sujeito-verbo” com o argumento interno, nos VT<sup>10</sup>, o que não pode ocorrer com o VI.

---

<sup>9</sup> Martins (2003, p. 9) admite que: “... por não haver no caso do *se* impessoal preenchimento dos valores subespecificados dos traços de [pessoa - número] de *se* (...) ou seja, podemos admitir que os traços de [pessoa - número] de *se* impessoal sejam traços subespecificados de valor não variável (traço  $\theta$ -cfr. Rooryck (1994), Martins (2000))”.

<sup>10</sup> Como mencionado por Martins (2003, p. 2, 9) para o *se indefinido* (que denominamos *pseudo-apassivador*).

Observe-se que, no PE e no espanhol, e também no PB, têm sido constatadas as seguintes construções não normativas, tanto na oralidade, quanto em textos escritos por falantes cultos:

(40) A Espanha pretende que, ainda antes das adesões previstas pra 1996, se avancem com as reformas institucionais. (PERES & MÓIA, 1995, p. 236)

Martins (2003, p. 11) analisa esse tipo de construção da seguinte forma:

A existência de tais frases resulta, de acordo com a perspectiva adoptada neste trabalho, da generalização aos complementos verbais oblíquos do mecanismo de activação da concordância sujeito-verbo manifestado nas estruturas de *se* indefinido das variedades standard portuguesa e espanhola. Nestas variedades, a relação de "parceria" entre *se* e o DP objecto, de que decorre o preenchimento dos traços subespecificados de [pessoa - número] de *se* encontra-se limitada ao objecto directo. Nas variedades inovadoras, estende-se aos complementos oblíquos de verbos transitivos preposicionados.

Esse exemplo serve para reforçar a idéia de que o argumento interno é um elemento utilizado como "mecanismo de ativação da concordância", sem que esteja associado à posição de sujeito, uma vez que, entre outros fatores, sua conversão para uma estrutura ativa não seria possível.

Tais considerações reforçam a hipótese de que a presença de um argumento interno, não importando se direto ou oblíquo, possibilita o desencadeamento ou não de concordância. Mas essa distinção sintática não se limita aos traços categoriais e pode ter conseqüências ao nível semântico. Vejamos o que diz Vitral (2006, p. 128):

A razão da distinção (...) em relação ao *se* apassivador e o *se* indeterminador do sujeito *se* liga a propriedades interpretativas das construções em que aparecem (cf. CINQUE, *op. cit.*: 546). A principal delas é o fato de que, no caso do *se* apassivador, a interpretação do sujeito é 'agentiva', mas 'indefinida', o que explica a preferência dessa construção com passado ou com referência de tempo específica; enquanto que, em relação ao *se* indeterminador, a interpretação do sujeito é 'genérica' ou 'prototípica', o que favorece seu uso em construções com tempo presente ou não específico.

Inferimos, pois, que os intransitivos favorecem o uso de determinados tempos e aspectos verbais, além de propiciarem uma interpretação mais ampla do agente. Assim, a interpretação da referência do agente que se estabelece com esse tipo de

clítico seria indeterminada [+arbitrária], podendo incluir o falante [+Eu], o que configura um alto grau de indeterminação, diferente da do *indeterminador tipo 2*.

Lembramos mais uma vez que, para o presente trabalho, não será possível fazer distinção entre intransitivos inergativos ou inacusativos, razão pela qual conferimos valor  $\alpha$  aos traços [agentivo] e [controlado].

Além disso, a referência que se estabelece com esse tipo de clítico, sendo [-argumental] e, portanto, não estando relacionado ao argumento externo, mas à flexão, teria sua natureza mais próxima de um afixo, precipitando o apagamento ou limite máximo de gramaticalização:

item lexical > item gramatical > clítico > afixo

## 6. ANÁLISE DOS DADOS

A fim de mapear as funções mais propensas ao apagamento, foi feita uma coleta, seleção e quantificação de dados, sendo consideradas:

- a) presença dos clíticos de forma reflexiva
- b) ausência (apagamento)

### 6.1 VARIAÇÃO NA REALIZAÇÃO DO CLÍTICO

Os dados foram recolhidos em 835 linhas do *corpus*. Inicialmente, verificou-se a variação na realização do clítico. Foram encontradas 101 ocorrências em predicções que incluem verbos plenos, locuções verbais e predicados complexos (formados pelo causativo *mandar*), em que se pode prever o uso do clítico, sendo a distribuição da variação encontrada a seguinte:

Presença	%	Ausência	%	Total
63	62,4	38	37,6	101

Tabela 1: Variação presença / ausência do clítico



O alto índice de ausência (apagamento) do clítico deve-se, sobretudo, ao grande número de ocorrências do verbo *assinar-se*, muito comum no gênero textual em questão. Foram 33 ocorrências de *assinar-se*, sendo 26 estruturas com apagamento do clítico e 7 com presença. Confirmam-se alguns exemplos dessas estruturas:

(41) por estar Conforme **ø asinei** (MVS 02.08)

(42) el por esta bem **me Asinei** (MVS 05.09)

Devemos observar ainda que o verbo *assinar-se* é considerado pela bibliografia consultada (cf. CAMACHO, 2003) como verbo cuja medialidade está associada à intransitividade, sendo a presença do clítico uma forma marcada, o que favorece, entre outros fatores, a “sua realização nula”. Já Nunes (1995, p. 209) o considera como caso de pré-fusão: “situação em que o clítico anafórico e o elemento que o liga estão numa relação de parte/todo, e o clítico deve ser parafraseado por sintagmas contendo um pronome possessivo, e não por reflexivos propriamente ditos”: *eu (me) assino por eu assino meu nome*.

Em uma das atas, pode-se perceber a relação mencionada por Nunes (1995), quando o *redator* deixa claro que *assina o documento*:

(43) o despaxo que a Commissão emViov emNome da De-| uoção ev que fis easiner (MC 02.20)

Ao refazermos os cálculos, excluindo *assinar-se*, encontramos os seguintes valores:

Presença	%	Ausência	%	Total
56	82,3	12	17,7	68

**Tabela 2:** Variação presença / ausência do clítico, excluindo verbo *assinar-se*.

Confirmam-se alguns exemplos da variação:

(43) fes-se aReunião do Costume (JFO 11.02)

(44) fes **ø** a chamada (MVS 07.02)

Se compararmos esse resultado com os resultados da pesquisa feita por Cavalcante (2001), em que houve 15,6% de apagamento para o NURC/RJ (década de 90) e 17,6% para o *corpus* APERJ (com informantes pouco escolarizados do interior do RJ), o percentual de 17,7% é considerável, principalmente porque se trata de *corpus* escrito, de registro formal e do século XIX.

## 6.2 O FATOR PREDICAÇÃO VERBAL

### 6.2.1 ABORDAGEM SEMÂNTICA

Das 68 ocorrências em que se previa o uso do clítico, 11 dos 12 casos de apagamento foram com verbos de ação (*fazer, mandar*), os quais, nos contextos em que ocorreram, apresentaram as seguintes características: exigem que um dos argumentos deva ter o traço [+agentivo], pois o verbo apresenta a propriedade de ser [+dinâmico]; sujeito com macro-função Causa (papel temático de gente); objeto afetado [-animado], para o verbo *fazer*.

(45) **fes**  $\emptyset$  o inventario naforma (JFO 12.02)

(46) epor estar Conforme **mandou**  $\emptyset$  passar este | termo (JFO 10.08)

O verbo *mandar*, causativo que expressa manipulação e controle entre o sujeito da oração principal e o da oração completiva, foi um dos que mais favoreceram o apagamento (04 ocorrências das 11 dos verbos de ação/atividade), muito provavelmente devido a essa relação semântica expressa por esse predicador.

No cômputo geral, foram encontrados os seguintes valores:

Tipo semântico de predicado	Presença	%	Ausência	%	Total
Ação/Atividade	38	55,9	11	16,2	49
Estado	02	2,9	01	1,4	03
Posição	03	4,4	-	0	03
Processo	13	19,1	-	0	13
<b>Total</b>	56	82,3	12	17,6	68

**Tabela 3:** Variação presença / ausência do clítico em relação ao tipo semântico de predicado

Abraçado (2003) constatou a influência dessas propriedades, em particular, da agentividade, na relação que crianças em estágios iniciais de aquisição do português como L<sub>1</sub> estabelecem entre sujeitos geralmente não-humanos e inanimados de verbos mono-argumentais, pospostos ao verbo, com objetos de construções altamente transitivas. A autora observou que a agentividade é relevante para que as crianças relacionem os sujeitos de construções com baixo grau de transitividade ao objeto de construções altamente transitivas. Ou seja, a reanálise do SN posposto ao verbo como objeto não se deve apenas à ordenação dos constituintes, mas também ao conjunto de propriedades sintático-semânticas compartilhadas entre objeto de verbos de alta transitividade e sujeito paciente de construções de *se passivo*.

Pelo que se depreende dos dados e do estudo de Abraçado (2003), esse processo de reanálise encontra-se tanto em aquisição de português como L<sub>1</sub>, quanto como L<sub>2</sub>. Quanto ao apagamento do clítico, supomos que se deva: ao enfraquecimento do sentido passivo e aumento do sentido impessoal, com conseqüente reanálise das passivas como voz ativa impessoal (hipótese 3); ao seu grau de referência (indeterminada), que será analisado mais adiante, como proposto na hipótese 1.

A outra ocorrência foi com verbo de estado:

(47) epor ø **Achamos** todos | Corformes (MVS 03.09)

Os verbos de estado em que o sujeito não sendo agente (macro-função de Objeto Afetado) que, porém, apresentam propriedades [+controle] e [+agentivo], podem facultar o apagamento, como em *Eu levanto (-me) às seis horas*. É possível, também, que a morfologia verbal de 1ª pessoa do plural (-mos) favoreça a ausência do clítico.

## 6.2.2 ABORDAGEM SINTÁTICA

No que se refere à classificação sintática do verbo, das 12 ocorrências de apagamento, 07 foram com o verbo transitivo direto *fazer* e 04 com o causativo

*mandar*. Ou seja, dos 17,7% de apagamento, 10,3% foram com o verbo *fazer*, verbo de transitividade alta, que exige argumento externo agente e argumento interno [-animado]:

(48) Ao <Sico> ~~quatro~~ doDia de Mez de Majo <1835> **fes**  $\emptyset$  a Chamada<sup>11</sup> (MVS 05.01)

(49) epor esta | Com forme **mandou**  $\emptyset$  lavra este (JFO 13.16)

Como podemos ver, as ocorrências de apagamento se deram preferencialmente com o verbo transitivo *fazer*. Além disso, tais ocorrências suscitaram duas considerações: i) o apagamento se deu em partes formulares das atas<sup>12</sup>, ocorrência menos previsível, uma vez que tais fórmulas são aprendidas; ii) essas estruturas são superficialmente ambíguas, como já discutido a partir dos exemplos (1) e (2), o que favorece o processo de reanálise e conseqüente reinterpretação dos constituintes da sentença, sendo que o sintagma nominal, quando posposto ao verbo transitivo direto, é reinterpretado como objeto direto, dado o padrão SVO (para estruturas ativas) e o traço [-humano] para o SN.

É interessante notar que não houve ocorrência de *mandar* com a presença do clítico. Todas as 12 ocorrências de *mandar* que foram encontradas, além das 04 já mencionadas, tinham sujeito lexicalmente realizado:

(50) mandou a Junta que se Lavrase este Termo (MSC 08.10)

Assim, para os causativos, o apagamento correspondeu a 5,9% do total de apagamento, mas a 100% se considerarmos as ocorrências em que se previa o uso do clítico.

Confiram-se os valores das ocorrências:

---

<sup>11</sup> Cabe observar que as quatro primeiras linhas foram corrigidas, porém a frase com o apagamento permaneceu inalterada.

<sup>12</sup> Verificamos que essas estruturas se repetem, como modelos, na maioria das atas.

Tipo sintático de predicado	Presença	%	Ausência	%	Total
Cópula	06	8,8	01	1,5	07
Pronominal	04	5,9	0	0	04
Simétrico	0	0	0	0	0
Alternância causativa	07	10,3	0	0	07
Transitivo direto	36	52,9	07	10,3	44
Causativo	0	0	04	5,9	04
Transitivo direto indireto	01	1,5	0	0	0
Transitivo indireto	02	2,9	0	0	02
Intransitivo	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	56	82,3	12	17,7	68

**Tabela 4:** Variação presença / ausência do clítico em relação ao tipo sintático de predicado

Para esse tipo de verbo, foram encontradas 06 estratégias de esquiva. Consideramos as seguintes ocorrências como estratégias de esquiva do uso do clítico:

- (51) Mandou | ameza Administradora passar aprezente (MSC 10.09)
- (52) epor esta Com forme mandou o Provedor lavra este termo (JFO 05.06)
- (53) epor estar Com forme mandou lavra este (JFO 07.07)
- (55) epor estar Comforme mandou passar este termo (JFO 10.08)
- (56) epor esta Comforme mandou passar este pormim (JFO 11.07)
- (57) epor esta | Com forme mandou lavra este (JFO 13.16)

As construções com o verbo no infinitivo foram consideradas como estratégias de esquiva devido ao seguinte:

i) a possibilidade de ocorrer uma oração desenvolvida, ou seja, sem ser reduzida de infinitivo, com o uso do clítico como a que foi encontrada em mesma parte formular de outras atas:

- (58) mandou o Prezidente | que selança-çe es te termo (GMB 02.07)

ii) a oração reduzida apresenta o verbo no infinitivo impessoal, uma opção, segundo a gramática normativa de Cegalla (1995, p. 296-7), para indeterminar o sujeito.

Além disso, cabe observar que essas estruturas com *mandar* e completiva com verbo no infinitivo ocorreram em datas posteriores às estruturas com subordinada e uso do clítico.

### 6.3. O FATOR CONCORDÂNCIA ENTRE VERBO E ARGUMENTO INTERNO

Foram analisadas as sentenças finitas com clítico e com verbos transitivos diretos e argumento interno plural, a fim de verificarmos a concordância/não-concordância entre esses elementos. Foram computadas, no conjunto total de atas, 09 ocorrências de sentenças com verbo transitivo direto e argumento interno plural; dessas, nenhuma exibiu concordância explícita entre verbo e argumento.

Concordância	%	Não-concordância	%	Total
0	0	09	100	09

Tabela 5: Variação na concordância verbo-argumento interno plural

Confiramos dois dos exemplos:

(59) **deu-se todos** poderes (LTG 01.03)

(60) **Leo-se as** cartas deregeite (LTG 05.03)

Esse resultado revela que o clítico *apassivador* era reinterpretado como *se indeterminador*. Essa afirmação baseia-se nos estudos de Naro (1976) e Martins (2003), para os quais as estruturas com VTD e argumento interno singular serviram como *input* para a reanálise de *se passivador* em *se indeterminador*. Se as estruturas com argumento interno eram reinterpretadas como estruturas ativas, as estruturas com argumento interno, que serviram de *input*, já deveriam sê-lo também. Devido a esse fato, esse clítico realizado (09 ocorrências) com verbo transitivo direto e argumento interno plural, sem sujeito antecedente expresso e/ou recuperável no contexto, foi interpretado e classificado como *se indeterminador* (tipo 2).

#### 6.4. O FATOR TIPO DE CLÍTICO

No que se refere ao fator tipo de clítico, houve 11 ocorrências de apagamento para o clítico *se indeterminador* (tipo 2), 07 com o verbo *fazer* e 04 com o causativo *mandar*:

- (61) Ao <Sico> ~~quatro~~ doDia de Mez de Majo <1835> fes  $\emptyset$  a Chamada (MVS 05.01)
- (62) Ao Ao 5 Dia do Mez de Majo de1835 **Fez**  $\emptyset$  a xam | Ada (MVS 05.05)
- (63) **fes**  $\emptyset$  a chamada (MVS 07.02)
- (64) mandou o Prezidente e mais Membro da Junta que este  $\emptyset$  **fizese** (MSC 01.16)
- (65) estan do o Vice Provedor imais mezarioz **fes**  $\emptyset$  a chamada (MSC 13.03)
- (66) mandou o Pro- | vedor que este $\emptyset$  **fizesse** (JFO 12.07)
- (68) **fes**  $\emptyset$  o inventario naforma (JFO 12.02)
- (69) epor estar Com forme **mandou**  $\emptyset$  lavra este (JFO 07.07)
- (70) epor esta Com forme **mandou**  $\emptyset$  lavra este para Constar (JFO 13.16)
- (71) epor estar Comforme **mandou**  $\emptyset$  passar este | termo (JFO 10.08)
- (72) epor esta Comforme **mandou**  $\emptyset$  passar este pormim (JFO 11.07)

Para os casos com o causativo *mandar*, consideramos o apagamento de *se indeterminador*, devido ao fato de o verbo estar na 3ª pessoa do singular sem antecedente expresso, sendo recuperável somente em outras atas do mesmo *redator* em mesma parte formular, como no exemplo abaixo:

- (73) epor esta Com forme mandou o Provedor lavra este termo (JFO 05.06)

Cabe observar que as estruturas com *mandar* sem o clítico são posteriores às com o sujeito realizado, o que revela a importância do contexto discursivo para a classificação do tipo de clítico.

A outra ocorrência de apagamento foi com o clítico classificado como inerente por ocorrer com verbo cópula/estado:

(74) epor **ø** Achamos todos | Corformes (MVS 03.09)

Tipo de clítico	Presença	%	Ausência	%	Total
Recíproco	0	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>
Reflexivo	0	0	0	0	0
Inerente	10	14,7	01	1,5	11
Pseudo-reflexivo	0	0	0	0	0
Médio	07	10,3	0	0	07
Apassivador	0	0	0	0	0
Pseudo-apassivador	0	0	0	0	0
Indeterminador (tipo2)	39	57,3	<b>11</b>	<b>16,2</b>	50
Indeterminador (tipo1)	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	56	82,3	12	17,7	68

Tabela 6: Variação presença / ausência do clítico em relação ao tipo de clítico

## 6.5 O FATOR GRAUS DE REFERÊNCIA DOS ARGUMENTOS REPRESENTADOS PELOS CLÍTICOS

O total da classificação da referência foi o seguinte:

Grau de referência	Oc.	%
<b>determinada<sub>1</sub></b>	0	0
<b>determinada<sub>2</sub></b>	01	5,6
<b>indefinida</b>	0	0
<b>indeterminada</b>		
[+genérica]	<b>11</b>	<b>61,1</b>
[+arbitrária]	06	33,3
<b>Total</b>	18	100

Tabela 7: Grau de referência dos argumentos representados pelos clíticos que foram apagados ou dos elementos envolvidos nas estratégias de esquiva

A única ocorrência de referência determinada<sub>2</sub> (quando não há referência dupla a um mesmo argumento, como nos reflexivo-recíprocos, havendo apenas a relação sintática com o sujeito, mantida pelos traços categoriais de pessoa e número) foi para o clítico *inerente*:

(75) epor Achamos todos | Corformes (MVS 03.09)

As 11 ocorrências para a referência indeterminada [+genérica] foram as 07 com verbo *fazer* e as 04 com o causativo *mandar*.



As seis ocorrências de referência indeterminada [+arbitrária], podendo incluir qualquer pessoa, inclusive o falante [+Eu], configuram estratégias de esquiva.

Notemos que houve ocorrência em maior número para a referência indeterminada [+genérica], seguida da [+arbitrária], o que está de acordo com a hipótese 3, para a qual a maior supressão e/ ou ocorrência de estratégias de esquiva se dão nos contextos em que o clítico desempenha função indeterminadora, ou cuja referência seja indeterminada genérica ou arbitrária.

## 7. RELAÇÃO ENTRE APAGAMENTO DE CLÍTICO E REDATOR

Ao analisarmos os casos de apagamento, excluindo as ocorrências com o verbo *assinar-se*, notamos que alguns redatores se destacaram quanto à frequência de ocorrência do fenômeno. Confirmamos o gráfico abaixo:

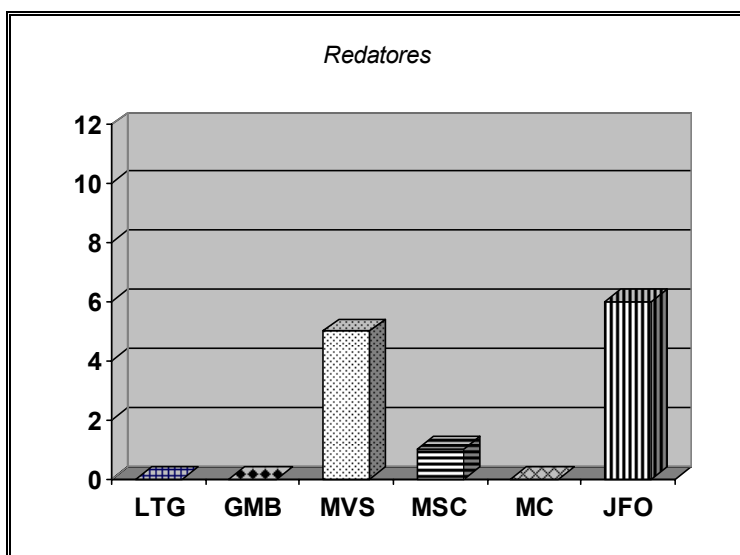


Gráfico 01: Ocorrência de apagamento do clítico por redator

Para Luís Teixeira Gomes e Manuel da Conceição, todas as ocorrências (09 e 01, respectivamente) de apagamento foram com *assinar-se*. As duas únicas atas do redator Gregório Manuel Bahia não apresentaram um só caso de apagamento, mas 03 presenças do clítico, 02 com *assinar-se*. Excetuando as atas (15) de Luís Teixeira Gomes,

só havia 02 atas para cada um dos dois outros *redatores*, o que pode explicar a pouca ocorrência de apagamento. As atas de *José Fernandes do Ó* (vendedor de toucinho) e *Manuel Vítor Serra* (negro de ganho) apresentaram, respectivamente, 06 e 05 casos de apagamento. O lugar social desses *redatores* é classificado por Oliveira (1988 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 213) como “atividade não manual” e que não carece de qualificação, diferente das ocupações dos demais (pedreiro e marceneiro), que são classificadas como “ofícios manuais qualificados”. Lembrando o que nos diz Mattos e Silva (2004) a respeito dos papéis sociais e mobilidade geográfica dos africanos e afro-descendentes, estes dois indivíduos desempenhavam atividades, cuja mobilidade permitia contato com outras variedades do português, além do vernáculo, e conseqüentemente com membros de outras comunidades de fala.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Tabela 8 mostra os fatores que mais favoreceram o apagamento no *corpus* analisado:

Fatores		Oc.	%
Tipo sintático de predicado	Transitivo direto	07	10,3
	Causativo	04	5,9
Tipo semântico de predicado	Ação	11	16,2
Tipo de clítico	Indeterminador (tipo2)	11	16,2
Grau de referência	Indeterminada [+genérica]	11	61,1
	Indeterminada [+arbitrária]	06	33,3

**Tabela 8:** Fatores condicionantes ao apagamento

Se considerarmos que o elevado número de ocorrências com o VP *assinar-se* se deveu ao gênero textual e ao contexto discursivo, o apagamento deu-se em maioria para VTD de ação e causativo com clítico reinterpretado como *indeterminador* (tipo 2), confirmando as hipóteses de que: i) o enfraquecimento do sentido passivo também concorre para o apagamento do clítico; ii) a hierarquia do apagamento, para a qual o apagamento é mais freqüente para o *se indeterminador*, cuja referência é genérica ou arbitrária.

O percentual de 17,7% é praticamente o mesmo para o do *corpus* APERJ (17,6%) (com informantes pouco escolarizados do interior do RJ) e muito próximo do apresentado pelos informantes do NURC/90 (15,6%), o que pode significar que a comunidade de fala desses indivíduos, nesse período (1832-1842), revela a base de um processo que, segundo Nunes (1991), se iniciou no século XIX e se implementou nas últimas décadas do século XX.

A partir do estudo de Corrêa (1991 *apud* KATO, 1999), Kato (1999) infere que a recuperação dos clíticos na escrita, a partir do processo escolar, difere muito da “aquisição natural”. Ou seja, a aquisição de clíticos via processo escolar como L<sub>1</sub> pode ser comparada ao mesmo processo como L<sub>2</sub><sup>13</sup>, posto que representam “gramáticas” distintas: i) para o falantes de L<sub>1</sub>, da gramática da fala; ii) para o falantes de PB como L<sub>2</sub>, da sua língua primeira.

Se a aquisição de clíticos se dá primeiro na escrita e sendo esta uma gramática estranha à de L<sub>1</sub>, podemos dizer que a aprendizagem de clíticos para a criança brasileira está para uma aprendizagem de L<sub>2</sub> e, assim, os dados encontrados podem não ser muito distantes do que se esperaria para falantes de português como L<sub>1</sub> pouco escolarizados.

Além disso, podemos supor que o contato lingüístico entre falantes de LP como L<sub>2</sub> e como L<sub>1</sub> tenha acelerado o processo do apagamento, se considerarmos que este uso de L<sub>2</sub> se tornou dado lingüístico primário para crianças em processo de aquisição, com o agravante do pouco ou nenhum acesso à escolarização, principalmente para os afro-descendentes, que marcou todo o período colonial e imperial. Os dados que resultam da aquisição imperfeita, com o processo sistêmico da reanálise, em situação de contato lingüístico dá-se em particular no português não-padrão e daí podem subir para os registros informais da linguagem urbana culta.

Ainda não se pode dizer se a perda gradativa de traços e propriedades sintático-semânticos relacionados ao apagamento já vieram embutidas no sistema

---

<sup>13</sup> “A criança iletrada com pais incapazes de fornecer o ‘input’ da linguagem escrita, enfrenta, na escola, uma situação de aprendizagem de uma gramática ‘estrangeira’”. (KATO, 1996, p. 209)

devido à atualização do quadro pronominal (a partir da inserção de *você* e *a gente* no Brasil no século XVIII) e/ou encontrou na *transmissão lingüística irregular* terreno fértil para sua difusão.

## REFERÊNCIAS

ABRAÇADO, J. (2003). Transitividade, referencialidade, ergatividade e ordenação de constituintes no português coloquial. In: ABRAÇADO, J.; RONCARATI, C. (Orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. p. 181-190.

CAMACHO, R. G. (2003). Em defesa da categoria de voz média no português. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 91-122.

CANÇADO, Márcia. (2003). Hierarquia temática: uma proposta para o PB. *Revista letras*, Curitiba, n. 6, especial, p. 17-43.

CANÇADO, Márcia; CIRÍACO, Larissa. A alternância causativo-ergativa no PB. 2007 (Manuscrito apresentado na V Congresso Internacional da ABRALIN). Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/nupes/Artigos%20do%20NuPeS.htm>>. Acessado em: 25 jul.2007.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1997). A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, v.19, p.25-63.

CAVALCANTE, Sílvia Regina. (1999). *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio de Janeiro.

CAVALCANTE, Sílvia Regina. (2001). O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada? In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org). *Para a história do português brasileiro. Volume II: Primeiros estudos*. t. 1, p. 197-219.

CEGALLA, D. P. (1995). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 39 ed. São Paulo: Nacional.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (2003). O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 123-131

KATO, Mary A. (1999). Aquisição e aprendizagem: de um saber inconsciente para um saber metalingüístico. In: GRIM-CABRAL, Loni; MORAES, J. (Orgs.). *Investigando a linguagem: ensaios em homenagem a Leonor Sciar-Cabral*. Florianópolis: Editora Mulher. p. 201-225.

KATO, M. (2005). A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M.; KOLLER, J.; LEMOS, S. (Orgs). *Ciência da linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: CEHUM (Universidade do Minho). p. 131-145.

- LOPES, Célia Regina dos Santos. (2003). *A indeterminação no português arcaico e a pronominalização de nominais: mudança encaixada? 12 p. digitadas (inédito)*
- MARTINS, Ana Maria. (2003). Construções com *se*: mudança e variação no português europeu. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês. (Eds.). *Razões e emoção: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 163-178.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et alii*. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- MILANEZ, Wânia. (1982). *Recursos de indeterminação do sujeito*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- NARO, Anthony. (1976). The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese. *Language - Journal of the Linguistic Society of America*, New York, v. 52, n. 4, p. 779-810.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP
- NUNES, Jairo. (1991). *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Campinas, n. 20, p. 33-58, jan / jun.
- NUNES, Jairo. (1995). Ainda o famigerado SE. *D.E.L.T. A*, São Paulo, v.11, n. 2, p. 201-240.
- OLIVEIRA, Klebson. (2006). *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história: edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. Tese de Doutorado. Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PERES, J. A; MÓIA, T. (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- PONTES, Eunice S. L. (1986). *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática.
- SCHMIDT-RIESE, R. (2002). Sobre mudança e variedades lingüísticas no espanhol quinhentista: o caso das construções com *se*. In: ALKMIN, Tania. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Vol. III: *Novos estudos*. São Paulo: Humanitas. p. 247-278.
- TARALLO, Fernando. (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX In: ROBERTS, I; KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 69-105
- VITRAL, Lorenzo (2006). A evolução do *se* reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In: LOBO, Tânia *et alii*. (Orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Volume VI: *Novos dados, novas análises*. t. 1, p. 107-133